

“Uma no cravo e outra na ferradura”: a Eletrobrás no projeto de desenvolvimento do segundo governo Vargas¹

Marcelo Squinca da Silva²

Este texto reflete sobre o confronto das posições de diversos segmentos da sociedade que atuavam junto ao governo – através da apreciação do seu discurso – no contexto da expansão e renovação do parque industrial brasileiro após a Segunda Guerra Mundial (1939-45), e a função social que as decisões governamentais sobre a energia elétrica aí cumpriram. O texto reflete também sobre a participação das concessionárias privadas de energia elétrica no agravamento da crise energética no início dos anos 1950 e como as divergências entre *nacionalistas* e *privatistas* quanto à participação do Estado e da iniciativa privada no setor revelam alguns aspectos do *conservadorismo* que caracteriza a formação social brasileira.

O segundo governo Getúlio Vargas pretendia ser a administração da renovação e expansão do parque industrial brasileiro, promovendo, assim o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Daí as medidas para potencializar a economia brasileira em outras direções que não as da agricultura. Tal intenção encontrava-se dentro de um projeto nacional que havia se iniciado na década de 30. Destarte, o segundo governo Vargas encontrou uma grande barreira em relação a esta pretensão, ou seja, os chamados *pontos de estrangulamento*, dentre os quais destacava, sobretudo, a escassez de energia.

A partir da Segunda Guerra Mundial, as necessidades de energia aumentaram devido à expansão da produção industrial. Paralelamente, a dilatação da capacidade instalada foi prejudicada pelos esforços de guerra, que impediam o fornecimento de máquinas e equipamentos importados fundamentais ao crescimento do setor, ao que se acrescenta a aceleração da urbanização e a expansão da utilização de bens de consumo duráveis. Por outro lado, diante do quadro de aumento da demanda por energia elétrica, as concessionárias privadas não realizavam novos investimentos por não concordarem com a legislação reguladora, ou seja, o Código de Águas. E ainda porque os serviços prestados por tais concessionárias eram monopolizados, o que resultava, para elas, ser mais interessante a majoração de tarifas e maior remuneração sobre os investimentos do que a ampliação da capacidade instalada de produção energia elétrica.

Os diversos exemplos de ações diretas do Estado – no âmbito federal ou no estadual – demonstram que o Estado ocupou papel fundamental no financiamento de empreitadas de geração e transmissão de energia elétrica, embora, sem alterar as concessões já garantidas às empresas estrangeiras. No entanto, a ação direta do Estado no setor de energia elétrica alterou significativamente as características deste: até então, o capital privado exercia amplo domínio, com os monopólios de capital estrangeiro. A ação do Estado verificou-se no período 1951-54 e resultou, mesmo que timidamente, na elevação da capacidade instalada pelo setor público. Lançou as bases para que tal setor alcançasse, em 1962, a proporção de 31,3% da capacidade instalada de produção de energia elétrica do país, em contraste aos 6,8% que detinha em 1952. Ao contrário, o setor privado viu diminuir sua

¹ Texto originado da dissertação de mestrado *A estatização do setor de energia elétrica: um embate entre entreguistas e tupiniquins no segundo governo Getúlio Vargas (1951-54)*, apresentada à PUC-SP em 2003.

² Mestre em História Social pela PUC-SP. Doutorando pela PUC-SP. Professor de História da América na Faculdade de História & Geografia da Universidade Santo Amaro – UNISA.

participação de 82,4% em 1952 para 55,2% em 1962, embora as concessionárias estrangeiras continuassem, nos anos que se seguiram, obtendo lucros com a distribuição de energia.